

INTERLOCUÇÃO

Lewandowski defende diálogo e valorização da magistratura

Antes mesmo de tomar posse, o novo presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, buscou diálogo com a magistratura e defendeu imediata valorização da classe, creditando aos juízes a normalidade institucional do país. “Essa paz reina graças a 18 mil juízes que atuam silenciosamente, sem que ninguém perceba, resolvendo conflitos agrários, familiares, em con-

dições ruins, inclusive salarial. Estamos em defasagem muito grande, dada a espiral inflacionária. Precisamos atuar para dar melhor condições de trabalho aos juízes”, afirmou Lewandowski na sede da AMB. No dia 28 de agosto, o Supremo definiu reajustes para os ministros. A proposta depende ainda de aprovação do Congresso Nacional e de sanção presidencial.

Páginas 4 e 5

Ascom/AMB



Presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, discursa na AMB

RECONHECIMENTO

Aposentados são homenageados

Adriano Boaventura



Mesa que conduziu a cerimônia de homenagem aos aposentados

Dezessete magistrados que se aposentaram em 2013 foram homenageados pela Amagis, no dia 21 de agosto, em reconhecimento à

dedicação à causa da Justiça. Em discurso, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, enalteceu a atuação e trajetória deles e

defendeu a participação dos aposentados na formação de novos juízes e em apoio à melhoria da prestação jurisdicional.

Páginas 12 a 14

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

Normatização é requerida junto ao Tribunal

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, encaminhou, no dia 20 de agosto, ao presidente do TJMG, desembargador Pedro

Bitencourt, ofício solicitando esclarecimento e a normatização interna dos critérios para a aposentadoria voluntária dos magistrados.

Página 6

Ouvidoria da Amagis Saúde
incorpora novas práticas

Página 23

Era dos Direitos expõe papel transformador do Judiciário

HERBERT CARNEIRO*

Como reconheceu o presidente do Supremo Tribunal Federal, o eminente ministro Ricardo Lewandowski, ao citar o filósofo e historiador italiano Norberto Bobbio, o mundo passou a viver a 'Era dos Direitos', com o Poder Judiciário assumindo papel transformador na transição entre os séculos XX e XXI.

Essa nova era não começou nem está começando agora, mas deu os primeiros passos há pelo menos 26 anos, desde a Constituição Federal de 1988, ao marcar a profunda transição na democracia, de representativa a participativa.

A mudança trouxe um aumento expressivo no volume de demandas judiciais. Nós temos hoje, no país, cerca de 100 milhões de processos em tramitação para apenas 18 mil juízes federais, estaduais, do trabalho, eleitorais e militares. Ainda assim, o país está e vive em paz graças, em grande parte, aos juízes que fazem e distribuem justiça diariamente de norte a sul.

Vinculamos a enorme litigiosidade à confiança do povo brasileiro no Judiciário. A confiança é o nosso principal patrimônio. Sem ela, não há democracia; sem ela, a cidadania é enfraquecida.

Ainda assim, é preciso evitar que conflitos menores sejam levados ao Judiciário de modo a serem resolvidos pela própria sociedade. A experiência tem demonstrado que devemos buscar outras formas para a solução dos conflitos sociais, como conciliação, mediação, arbitragem e justiça restaurativa, já adotadas com êxito aqui em Minas.

Por conta dessa mentalidade vigente na sociedade, segundo a qual todos os conflitos e problemas sociais serão resolvidos mediante o ajuizamento de um processo, o ministro Ricardo Lewandowski adiantou que sua gestão, na presidência da mais Alta Corte, terá como uma de suas marcas o estímulo aos meios alternativos de solução de conflitos.

Outra boa notícia foi dada pelo novo presidente do Supremo, em nossa última viagem a Brasília, no dia 14 de agosto, quando participamos de eventos comemorativos dos 65 anos de nossa Associação maior, a AMB. Antes mesmo de tomar posse como presidente do STF, o ministro mostrou-se disposto, e assim o fez, a intensificar o diálogo com a magistratura.

Em conversa com os magistrados, Ricardo Lewandowski defendeu a valorização da magistratura e reverenciou o trabalho dos juízes brasileiros, creditando a eles a manutenção da normalidade institucional no país. De-

bateu sobre os principais temas de interesse da classe, como a PEC 63, que resgata a valorização pelo tempo de serviço, a melhoria nas condições de trabalho e as eleições diretas no Judiciário.

Assim foram suas palavras: "Pretendemos facilitar e permitir que os juízes tenham todas as condições de melhorar os serviços jurisdicionais, com condições adequadas, equipamento, material humano e uma remuneração digna". Foi um encontro muito profícuo e reanimador.

Aliás, o primeiro passo dessa reaproximação com os juízes foi dado aqui, na Amagis, no dia 30 de junho passado, quando a ministra Cármen Lúcia (antes de ser eleita vice-presidente do STF) inaugurou esse debate para ouvir as propostas da magistratura mineira ao aprimoramento do Judiciário, desde a formação de novos juízes, o novo estatuto da magistratura a critérios de promoção e segurança dos fóruns.

Diante disso, é grande a expectativa da AMB, da Amagis e das demais Associações de magistrados com relação à nova gestão do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça. Tanto é assim que, no dia 8 de agosto, divulgamos nota pública para manifestar aprovação às primeiras medidas anunciadas pelo ministro Lewandowski, na condição de presidente interino do CNJ, como a suspensão das sessões secretas, o que resgatou os princípios constitucionais da publicidade, da ampla defesa e do contraditório.

Não havia justificativa sustentável para que, em nome da celeridade, fossem adotados mecanismos, como as chamadas "votações antecipadas" ou "pautas rápidas", em prejuízo da transparência, do pleno conhecimento dos processos com a devida antecedência e de maior legitimidade ao julgamento.

De tudo, o mais importante é o resgate do reconhecimento das prerrogativas da magistratura, que são fundamentos da própria democracia e do regime republicano. Magistrado não pode nem deve ser afastado por mera suspeita.

Gostaria também de registrar que, ainda em agosto, tivemos evento emocionante e de integração, com a homenagem da Amagis, pelo quarto ano consecutivo, aos magistrados que se aposentaram no ano passado. Em noite especial, manifestamos o reconhecimento e agradecemos esses honrados magistrados pelo dedicado esforço, trabalho profícuo, estudo continuado e compromisso com a democracia e a cidadania. ●

(*) Presidente da Amagis

"O mais importante é o resgate do reconhecimento das prerrogativas da magistratura, que são fundamentos da própria democracia e do regime republicano"

ÍNDICE

Presidente do STF defende valorização da magistratura

4

7 Diretoria reforça atuação e integração em todas as regiões

- » Órgão Especial apresenta orçamento para o ano 2015 03
- » Presidente do STF defende valorização da magistratura 04
- » Amagis considera positivas mudanças no STF e CNJ 05
- » Assembleia analisa vetos à LODJ 05
- » Amagis requer normatização junto ao TJMG 06
- » Amagis apoia juízes de Poços e Ipatinga 06
- » Diretoria reforça atuação e integração em todas as regiões 07
- » Projetos de juízes mineiros concorrem ao Inovare 08

- » Reforma pretende dar mais segurança à sede da Amagis 9
- » Ficha Limpa é novidade nas eleições gerais 10
- » Amagis homenageia magistrados aposentados 12
- » Curso promove troca de experiências 15
- » Proteção à mulher conta com nova unidade 16
- » MagisCultura expõe capas de suas edições 18
- » Ouvidoria do Amagis Saúde destaca os resultados de congresso 23
- » Associados contam com mais uma unidade de atendimento 24

Amagis requer normatização junto ao TJMG

6

23 Ouvidoria do Amagis Saúde destaca os resultados de congresso



**Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS**

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

**ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)**

Presidente:

Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Juiz Maurício Torres Soares

**Vice-presidente dos
Aposentados e Pensionistas:**
Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente
Sócio cultural-Esportivo:**
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.300 exemplares

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Órgão Especial apresenta orçamento para o ano 2015

Georgia Bacvaroff

O Planejamento estratégico e o Orçamento do Judiciário mineiro para o ano de 2015 foram aprovados no dia 6 de agosto, durante reunião extraordinária do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que marcou a segunda participação da Amagis nas sessões. A proposta prevê cerca de R\$ 5 bilhões para o Judiciário e segue, agora, para o Executivo e, em seguida, à apreciação da Assembleia Legislativa.

Durante a sessão do Órgão, o presidente da Amagis debateu sobre os investimentos e fez defesa da inclusão das conquistas da magistratura mineira na nova LODJ no orçamento, especialmente da gratificação de direção de foro.

Os desembargadores que compõem o Órgão aprovaram também o planejamento estratégico do Tribunal de Justiça para os próximos cinco anos. Foram discutidos os macrodesafios que o TJ pretende enfrentar, entre eles a redução em 50% do acervo de processos distribuídos antes de 2010; o julgamento, em até dois anos, de processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública; o aumento do número de conciliações e de acordos, nas fases pré-processuais e processuais; e a instalação de 80 centros judiciários em todo o Estado. Várias

propostas do tribunal atendem às recomendações do CNJ para o Judiciário Nacional.

De acordo com o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, o orçamento é uma ferramenta para que o Tribunal alcance suas metas e cumpra sua missão. Ele destacou o empenho necessário diante dos recursos limitados e de demandas crescentes e importantes. Sobre o planejamento estratégico do Tribunal, Pedro Bitencourt afirmou que o estabelecimento de metas e iniciativas é fundamental. “O segredo do êxito de qualquer administração é que o orçamento seja enquadrado dentro desse planejamento. E a proposta orçamentária será obrigatoriamente alinhada ao planejamento estratégico de forma a garantir os recursos necessários a sua execução”, destacou.

Tanto o planejamento quanto o orçamento para 2015 foram elaborados de forma detalhada, com a discriminação dos recursos destinados à 1ª e à 2ª instâncias, levando em consideração algumas das necessidades dos juízes que atuam em todo o Estado, que foram ouvidos pela presidência do Tribunal de Justiça. A proposta orçamentária do TJMG foi elaborada tendo por premissa e obediência as novas resoluções do CNJ. ●



Herbert Carneiro participou da sessão que aprovou o orçamento

ALGUMAS METAS E INICIATIVAS ESTABELECIDAS COM BASE NO PAINEL ESTRATÉGICO 2015-2020 E NOS MACRODESAFIOS:

- ✓ Realizar pesquisa de opinião sobre os serviços do Judiciário
- ✓ Reduzir para 54% a taxa de congestionamento dos processos relativos a ações de improbidade administrativa
- ✓ Julgar os processos relativos às ações de improbidade administrativa e crimes contra administração pública em até dois anos
- ✓ Implantar o PJe nas 28 comarcas de entrância especial
- ✓ Reduzir em 50% o acervo de processos antigos (distribuídos antes de dezembro de 2010)
- ✓ Julgar os processos de 1ª instância em até três anos
- ✓ Julgar os processos de 2ª instância em até 90 dias
- ✓ Aumentar em 10% o número de conciliações pré-processuais em relação ao ano anterior
- ✓ Instalar 80 centros judiciários
- ✓ Garantir vagas para 100% de servidores para capacitação nas competências profissionais
- ✓ Executar 70% das ações programadas no Planejamento Estratégico

DIÁLOGO

Presidente do STF defende valorização da magistratura

Eleito presidente do STF no dia 13 agosto, o ministro Ricardo Lewandowski participou, na mesma data, da comemoração dos 65 anos da AMB, realizada em Brasília. Na manhã seguinte, Lewandowski participou de reunião na sede da Associação, com Associações de magistrados, da qual participou o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, em que foram discutidos temas como a PEC 63 (ATS), melhoria das condições de trabalho e as eleições diretas no Judiciário.

A participação do ministro nos dois dias de encontro sinalizou disposição para o diálogo com a classe, conforme avaliou o presidente da Amagis. A expectativa não só se confirmou como convergiu para a valorização do Poder Judiciário e da magistratura. Em declarações ao jornal "O Globo", no dia 14 de agosto, Lewandowski reverenciou o trabalho desenvolvido pelos magistrados brasileiros, creditando a eles a normalidade institucional do país.

"Essa paz reina graças a 18 mil juízes que atuam silenciosamente, sem que ninguém perceba, resolvendo conflitos agrários, familiares, em condições ruins, inclusive salarial. Estamos em defasagem muito grande, dada a espiral inflacionária. Precisamos atuar para dar melhor condições de trabalho aos juízes", afirmou o novo presidente do STF.

Para o presidente Herbert Carneiro, mais do que intensificar o diálogo com a magistratura, debatendo os principais te-

mas de interesse da classe na reunião da AMB, o ministro Ricardo Lewandowski defendeu abertamente a valorização da magistratura. "Saímos otimistas e revigorados com o que o eminente magistrado chamou de Era dos Direitos, ao destacar o importante papel do Poder Judiciário neste século XXI", ponderou.

O primeiro indicativo de que a boa interlocução com todos os atores do Judiciário é a tônica da atual direção do STF foi dado pela ministra Cármen Lúcia, atual vice-presidente da Suprema Corte do país, em reunião realizada na sede da Amagis, no dia 30 de junho.

Cármen Lúcia quis conhecer a posição dos juízes mineiros sobre temas como critérios de promoção, democratização do Judiciário, segurança e estrutura dos fóruns, formação dos juízes, Estatuto da Magistratura. O encontro inaugurou uma série de reuniões que a ministra fará por todo Brasil.

No dia 28 de agosto, os ministros do STF definiram um reajuste no vencimento dos integrantes da Corte, a partir do dia 1º de janeiro de 2015, de R\$ 29.462,25 para R\$ 35.919,00. A mudança será encaminhada ao Congresso Nacional.

Outra iniciativa que reforça a postura foi a assinatura, no dia 14 de junho, pelo ministro Ricardo Lewandowski e pelo presidente da AMB, João Ricardo dos Santos, do protocolo firmado entre o CNJ e a Associação para a difusão do programa Justiça Restaurativa em todo país. ●

Ascom/AMB



Juiz João Ricardo, ministro Lewandowski e ministra Ideli Salvati

CARTA

AMB cobra compromisso dos presidentiáveis

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) encaminhou, no dia 6 de agosto, carta aos presidentiáveis cobrando do futuro presidente da República compromisso com a defesa da valorização da magistratura, democratização dos tribunais de Justiça e do fortalecimento do Poder Judiciário em prol da sociedade.

No documento, a Associação dos Magistrados reafirmou a importância do diálogo para o fortalecimento do acesso à Justiça e destacou: "A melhora da efetividade da Justiça não é uma responsabilidade exclusiva do Judiciário. É preciso que os poderes Executivo e Legislativo compartilhem desse compromisso".

A carta foi entregue pelo coordenador da Justiça Estadual da AMB, Gervásio Santos, ao co-

ordenador das áreas de Segurança Pública e Justiça do programa da presidente e candidata à reeleição, Dilma Rousseff (PT), Flávio Caetano.

"A melhora da efetividade da Justiça não é uma responsabilidade exclusiva do Judiciário. É preciso que os poderes Executivo e Legislativo compartilhem desse compromisso".

A Associação pretende entregar a carta aos representantes dos demais candidatos. "Nosso interesse é acompanhar o processo eleitoral e discutir ativamente a pauta da magistratura e do Poder Judiciário com os candidatos", afirmou o presidente da AMB,

juiz João Ricardo Costa. De acordo com Gervásio Santos, nos últimos cinco anos, pelo menos 500 magistrados abandonaram a carreira e 20% dos cargos do Judiciário estão vagos.

A importância da valorização da carreira e a busca por um Judiciário mais célere foram destaques também na carta publicada pelo presidente da AMB em comemoração aos 65 anos da Associação. Na carta, João Ricardo destacou a importante participação de todos os magistrados na construção da AMB. Ele ressaltou ainda que a confraternização, realizada em Brasília no dia 13 de agosto, foi uma oportunidade de "refletirmos sobre o futuro da nossa Associação, da magistratura e do próprio Poder Judiciário". ●

Com informações da AMB

PAUTA RÁPIDA

Amagis considera positivas mudanças no STF e CNJ

Antes mesmo de o ministro Ricardo Lewandowski ter sido eleito presidente do STF, no dia 13 de agosto, a Amagis divulgou nota, no dia 8 de agosto, manifestando sua expectativa positiva com a nova gestão do Supremo e do CNJ. No texto, o presidente da Amagis aprovou a decisão do ministro, tomada ainda na interinidade da presidência, de suspender as chamadas sessões secretas, que antecipavam a votação das pautas que iriam ao plenário do órgão.

De acordo com o desembargador Herbert Carneiro, não havia justificativa sustentável para a adoção de mecanismos como as chamadas “votações antecipadas” ou “pautas rápidas”, em pre-

juízo da transparência, do pleno conhecimento dos processos com a devida antecedência e de maior legitimidade ao julgamento.

“O mais importante é o resgate do reconhecimento das prerrogativas da magistratura, que são fundamentos da própria democracia e do regime republicano”

“De tudo isso, o mais importante é o resgate do reconhecimento das prerrogativas da magistratura, que são fundamentos da própria democracia e

do regime republicano”, afirmou o presidente da Associação na nota que foi repercutida pelo site da Folha de São Paulo.

AMB

Com a decisão, o novo presidente do STF e do CNJ, empossado no dia 10 de setembro, atendeu ao pedido da AMB, cujo argumento era o de que as “sessões secretas” feriam os princípios constitucionais da publicidade, ampla defesa e do contraditório.

Ainda de acordo com a Associação, o mecanismo suprimia a possibilidade de as partes e interessados, devidamente habilitados no processo, de fazerem intervenções necessárias para contribuir com o julgamento. ●



Associação divulgou nota aprovando iniciativas

TJMG

Órgão Especial tem novos integrantes



Eduardo Machado



Mariangela Meyer

Os desembargadores Eduardo Machado Costa e Mariangela Meyer Pires Faleiro tomaram posse, no mês de agosto, no Órgão Especial do TJMG, como novos integrantes. Durante todas as sessões realizadas, o presidente da Amagis, desembargador

Herbert Carneiro, esteve presente acompanhando todas as decisões do colegiado de processos de interesse da magistratura.

Além disso, os desembargadores aprovaram proposta do Conselho de Supervisão e Gestão

dos Juizados Especiais para a recomposição das turmas recursais das Comarcas de Belo Horizonte, Contagem e Poços de Caldas, e debateram sobre a formação dos magistrados, autorizando a participação de dois em curso internacional. ●

TRAMITAÇÃO

Assembleia analisa vetos à LODJ

Já tramita na Assembleia Legislativa de Minas Gerais os vetos parciais do governador do Estado ao texto da nova LODJ (Lei de Organização e Divisão Judiciárias – LC 135/14). O deputado estadual Rômulo Vie-

gas foi designado relator da matéria, durante reunião extraordinária de plenário, no dia 20 de agosto.

O relator apresentou parecer favorável à manutenção dos vetos feitos pelo governador nos

artigos 4º, 21, 48, 300-D, 300-E, 300-G e 300-J.

A nova LODJ foi aprovada pela Assembleia em 11 de junho e sancionada pelo governador no dia 28 do mesmo mês. A nova lei traz significativos avanços para a magistratura e para

o Judiciário, como a valorização das turmas recursais e da direção de foro, o incentivo à atualização jurídica e científica e o aperfeiçoamento da judicatura e do Judiciário em várias áreas.

No dia 2 de julho, a diretoria da Amagis

apresentou cinco ofícios ao presidente do Tribunal, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, solicitando normatização e regulamentação de avanços conquistados com a nova LODJ. ●

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

Amagis requer normatização junto ao TJMG

Atendendo à reivindicação de vários magistrados, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, encaminhou, no dia 20 de agosto, ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Pedro Bitencourt, ofício solicitando esclarecimentos e a normatização interna dos critérios para a aposentadoria voluntária da classe.

No documento, os juízes apresentam

ainda dúvidas com relação aos critérios adotados pelo TJMG, particularmente após a publicação das emendas constitucionais nº 20/98 e nº 41/03, que implementaram várias modificações nas regras para a aposentadoria dos magistrados que venham a tomar a iniciativa.

A Amagis entende que a normatização interna, estabelecendo direitos, critérios e condições para a

aposentadoria voluntária, dará mais segurança jurídica aos magistrados que venham a fazer esse pleito.

No ofício encaminhado ao presidente do TJ, o desembargador Herbert Carneiro destaca o propósito inovador da gestão do desembargador Pedro Bitencourt, e reafirma o compromisso da Amagis de parceria com o Tribunal em prol do Judiciário mineiro. ●



Ofício encaminhado pela Amagis solicitando informações sobre aposentadoria

PRERROGATIVAS

Amagis apoia juízes de Poços e Ipatinga

Acompanhado do coordenador do Departamento Jurídico, José Eduardo Vecchi, o diretor-tesoureiro da Amagis, juiz José Martinho Nunes Coelho, foi a Poços de Caldas, no Sul de Minas, no dia 31 de julho, quando aconteceria o julgamento dos médicos acusados do homicídio qualificado e de remoção de órgãos em desacordo com a Lei 9.434/97 (Lei de Transplantes).

O objetivo foi prestar apoio ao juiz Narciso Alvarenga Monteiro de Castro, que conduz, com isenção e independência, essa ação que teve repercussão em todo o país. A pedido



Diretor da Amagis em Poços de Caldas

do Ministério Público, o julgamento foi adiado, e a previsão é que seja realizado no dia 9 de outubro deste ano.

Em fevereiro deste ano, os acusados foram condenados à reclusão em regime inicial fechado pelo crime. Em habeas cor-

pus julgado em abril de 2014, suas prisões preventivas foram revogadas, mas foram mantidas as medidas cautelares.

A Amagis também participou e prestou apoio ao juiz Antônio Augusto Calaes de Oliveira, da Comarca de Ipatinga, no Vale



José Martinho, Antônio Calaes e José Eduardo

do Aço, no dia 28 de agosto, quando foi realizado um julgamento, pelo Tribunal do Júri, de dois acusados que respondem pelos crimes de homicídio qualificado e homicídio na forma tentada (tentativa de homicídio). No dia 20 de maio de 2013, foi

realizado um Ato de Desagravo, em favor do mesmo magistrado.

A Associação divulgou nota em favor do juiz repudiando as calúnias e falsas acusações contra os juízes da comarca, em especial o juiz Antônio Calaes. ●

PARTICIPAÇÃO

Diretoria reforça atuação e integração em todas regiões

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, visitou, neste mês de agosto, as Comarcas de Varginha, Alfenas e Viçosa, com o objetivo de fortalecer e intensificar a gestão itinerante e participativa, reunindo e integrando a magistratura mineira.

No dia 11 de agosto, o presidente da Amagis, acompanhado pelo diretor da seccional da Amagis em Belo Horizonte, Alberto Diniz (hoje, desembargador), reuniram-se, no Fórum de Varginha, com os juízes da Comarca e região, aposentados e da ativa, para falar sobre as ações mais recentes da Associação e outros temas de assuntos de interesse da magistratura, como melhores condições de trabalho, entre outros.

Além de Varginha, participaram do encontro os juízes das Comarcas de Elói Mendes, Lavras, Conceição do Rio Verde e Campanha.

No mesmo dia, o presidente e o diretor da Amagis seguiram para Alfenas, para cumprir a mesma pauta com os magistrados desta Comarca, durante reunião realizada no fórum da cidade. Na ocasião, o desembargador Herbert Carneiro concedeu entrevista ao Jornal dos Lagos, desta cidade do Sul de Minas, defendendo melhorias

nos fóruns mineiros, a implantação do processo judicial eletrônico nas comarcas mineiras, como forma de diminuir a morosidade do Judiciário e a necessidade de aproximação deste Poder com a sociedade, além de outros assuntos.

Em todas as ocasiões, o presidente relatou para os colegas sobre a tramitação da PEC 63 (resgate do ATS) no Senado Federal; a implantação das conquistas da nova LODJ, que está sendo analisada pelo TJMG; os novos critérios de promoção e remoção de magistrados e propostas de aperfeiçoamento do Judiciário. Com o mesmo objetivo, no dia 26 de agosto, o presidente da Amagis esteve na Comarca de Viçosa.

Como tem feito desde janeiro de 2013, a gestão itinerante da Amagis já percorreu a maioria das regiões. No mês de julho, a diretoria esteve nas Comarcas de Conselheiro Lafaiete, Ibirité, Uberaba, Uberlândia e Araguari, sempre no intuito de aproximar a Associação dos juízes de todo o Estado, para, além de informar as ações realizadas, ouvir as reivindicações da magistratura e fortalecer a presença da classe nas decisões da entidade. ●

“A gestão itinerante tem como objetivo ampliar a participação dos magistrados de todo o Estado na gestão da Amagis”

Tiago Parrela



Diretoria com juízes de Alfenas e região

Tiago Parrela



Amagis e juízes da Comarca de Varginha e região

Georgia Baçvaroff



Juízes de Viçosa e região receberam a diretoria da Associação

PENAS ALTERNATIVAS

Amagis participa do Fonape no Maranhão

**Desembargador Herbert Carneiro****Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos**

Alternativas penais ao encarceramento feminino foi o tema da palestra proferida pelo presidente da Amagis, desembargador Herbert

Carneiro, em São Luís (MA), no Fórum Nacional de Alternativas Penais (Fonape), promovido pelo CNJ e pelo Tribunal de Justiça do Maranhão,

nos dias 7 e 8 de agosto. O vice-presidente financeiro da Associação e juiz auxiliar da 2ª vice-presidência do TJMG, juiz Luiz Carlos Rezende

e Santos, também participou do encontro e proferiu palestra sobre “Tornozeleira eletrônica – reflexão sobre sua utilização”.

O juiz Thiago Colnago, coordenador da Comissão da Amagis para Estudos da Lei de Execução Penal, participou do encontro com o objetivo de contribuir com as reflexões do grupo sobre a LEP.

De acordo com o presidente Herbert Carneiro, as alternativas penais devem ser aplicadas sem qualquer discriminação ou condição. “O que há, às vezes, é a adequação das situações e condições para cumprimento das alternativas penais, levando-se em consideração a mulher e uma eventual maternidade”, afirmou em entrevista concedida ao CNJ.

No dia 29 de agosto, o presidente da Amagis retornou a São Luís, a convite da Associação dos Magistrados Maranhenses para proferir nova palestra, abordando o tema da execução penal. ●

BOAS PRÁTICAS

Projetos de juízes mineiros concorrem ao Innovare

A magistratura de Minas Gerais é pródiga em ideias e projetos inovadores que contribuem para o aperfeiçoamento da Justiça e para a pacificação social. Essas iniciativas têm sido reconhecidas pelo Prêmio Innovare, cujo objetivo é identificar, premiar e disseminar práticas inovadoras realizadas por magistrados, membros do Ministério Público estadual e federal, defensores públicos e advogados públicos e privados de todo Brasil, que estejam aumentando a qualidade da prestação jurisdicional e contribuindo

com a modernização da Justiça Brasileira.

Pelo menos mais dois magistrados mineiros estão concorrendo ao prêmio na edição de 2014, que teve 367 práticas inscritas de todo o país. O juiz da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Varginha, Oilson Hoffmann Schmitt, e a juíza da Vara de Execuções Penais de Ribeirão das Neves, Miriam Vaz Chagas, inscreveram seus projetos.

No dia 15 de agosto, integrantes da comissão avaliadora do prêmio, visitaram a Comarca de Varginha para conhecer o projeto “Música no

presídio”, no qual 25 reeducandos, dos regimes semiaberto e fechado, diariamente participam de aulas de música no presídio, e o “ES.PE.RE” (Escola Perdão e Reconciliação), no qual todos os sentenciados, que recebem restritiva de direitos, são indicados para cumprimento junto à ONG NUCAP, que fornece a estrutura para que os sentenciados possam se matricular e frequentar aulas junto à ES.PE.RE.

Preocupada também com a ressocialização dos detentos, a juíza Miriam Vaz Chagas desenvolve, na Comarca de Ribeirão das Neves, um

projeto em parceria com a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), que possibilitou a criação de convênios com empresas privadas para que os presos realizem

trabalhos externos nas empresas cadastradas junto à secretaria.

Os vencedores do Prêmio Innovare 2014 serão divulgados em dezembro. ●

MAGISTRADOS MINEIROS QUE JÁ RECEBERAM O PRÊMIO INNOVARE

- Ângela de Lourdes Rodrigues
- Moema de C. B. Lucas
Belo Horizonte – 2004
- Oilson Nunes dos Santos Hoffmann Schmitt
Varginha – 2012
- Thiago Colnago Cabral -
Governador Valadares – 2014

MELHORIA NO ACESSO

Reforma pretende dar maior segurança à sede da Amagis

A diretoria da Amagis decidiu, durante reunião realizada no dia 1º de agosto, por reformar toda a entrada do prédio da sede da Amagis, na capital, com o objetivo de melhorar o acesso e oferecer mais segurança. Uma comissão de magistrados irá acompanhar as obras, que terão início no fim deste ano. No mês de agosto, foi finalizada a reforma das calçadas da sede, em Belo Horizonte, com a troca do piso.

Além do presidente Herbert Carneiro, participaram da reunião a vice-presidente Administrativa, juíza Luzia Peixoto; o

vice-presidente de Saúde, juiz Maurício Soares; o vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, desembargador Tibagy Salles; o vice-presidente Sociocultural-Esportivo, desembargador Tiago Pinto; o vice-presidente Financeiro, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos; as diretoras de Comunicação, juízas Aldina Soares e Rosimere Couto; a diretora do Parque Esportivo, juíza Riza Nery; o diretor Financeiro da Saúde, juiz Cláudio Manuel Figueiredo, e a advogada do Departamento Jurídico da Amagis, Cantinila Bezerra. ●

Georgia Bacvaroff

**Diretores se reuniram para tratar das melhorias**

Já imaginou a possibilidade de estender os benefícios oferecidos pelo
PLANJUS para toda sua família?

A **JUSPREV** oferece uma grande oportunidade de garantir a proteção que você e sua família merecem. É a **JUSPREV Família** que cria uma rede de proteção para as pessoas que você mais ama.

Entre em contato conosco e confira como seus familiares podem ingressar também no **PLANJUS** (Plano de Benefícios Previdenciários da **JUSPREV**), e contar com seus benefícios.

Ingresse na JUSPREV e comece agora a conquista da tranquilidade e da segurança de seu futuro e das pessoas que ama.

Conheça mais sobre a **JUSPREV**, entre em contato conosco.

INICIATIVA POPULAR

Ficha limpa é novidade nas eleições gerais

Criada há quatro anos, a Lei Complementar nº 135/2010, mais conhecida como Lei da Ficha Limpa será aplicada pela primeira vez nas eleições gerais deste ano. Proposta por iniciativa popular que encaminhou ao Congresso Nacional 1,3 milhão de assinaturas, a aprovação da legislação introduziu 14 dispositivos no inciso I do artigo 1º da Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90).

Apesar de ter começado a vigorar no dia 7 de junho de 2010, a legislação só passou a ser utilizada nas eleições municipais de 2012, por conta do artigo 16 da Constituição Federal, que estabelece que normas que alteram o processo eleitoral só podem ser aplicadas um ano após sua vigência.

Em 2012, com a decisão do STF de que a Lei da Ficha Limpa valia para a eleição municipal daquele ano, a Justiça Eleitoral passou a julgar processos de candidatos apontados como ilegíveis de acordo com a lei. Nesse período, dos 7.781 processos de candidatura que chegaram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 3.366 dos recursos eram referentes à Ficha Limpa, 43% do total.

As principais alíneas introduzidas pela Ficha Limpa na Lei de Inelegibilidades, que causaram afastamento de candidatos e motivaram a convoca-

ção de novas eleições pela Justiça Eleitoral, foram sobre contas rejeitadas no exercício de cargos ou funções públicas; compra de votos, doação, arrecadação ou gastos ilícitos; abuso de poder econômico ou político; ato de improbidade administrativa com lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito; exclusão do exercício da profissão, por decisão do órgão profissional, em decorrência de infração ético-profissional, por desfazer ou simular desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar causa de inelegibilidade.

VOTO EM TRÂNSITO

Pela primeira vez nas eleições gerais, os cidadãos poderão votar no candidato a presidente da República, caso estejam fora do seu domicílio eleitoral, nas cidades do interior do País. O TSE habilitou aproximadamente 7 mil eleitores de todo o Brasil para poder exercer o voto em trânsito em Minas Gerais. Em um eventual segundo turno, essas pessoas já estarão aptas para votar fora do seu município de origem.

No Estado, além de Belo Horizonte, os eleitores poderão exercer o voto em trânsito em Contagem, Uberlândia, Betim, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberaba e Governador Valadares. ●

**Com informações do TSE*



Campanha do TSE pelo voto consciente

Dictum
instituto de gestão e perícia

**ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL DE EMPRESAS**

Rua Raimundo Correa, 52 - sala 02 - São Pedro - CEP 30330-090
Belo Horizonte/MG | dictum@dictuminstituto.com.br | 31 3282-5374

PROJETO SOCIAL

Orquestra e Coral do TJMG adiam turnê para 2015

Vagner Antônio/TJMG



Orquestra se apresenta na inauguração da sede da Coinj, em 2012

A Orquestra Jovem e o Coral Infantojuvenil do TJMG adiaram, por falta de recursos suficientes para transporte e hospede-

dagem dos adolescentes, a turnê que fariam pela Europa. Mesmo assim, a campanha de arrecadação de doações

está mantida para que as apresentações sejam realizadas em 2015.

Em parceria com a Amagis, a Coorde-

nadora de Infância e Juventude do TJMG (Coinj) agradece as doações que já recebeu de várias instituições e magistrados, que colaboraram para esse objetivo se torne realidade.

Para viabilizar o projeto em 2015, é possível contribuir com quaisquer valores, por meio de depósito no Banco do Brasil (Agência: 1615-2 Conta Corrente: 20399-8 – Titularidade: Amagis).

PARCERIA DA AMAGIS

A arrecadação das doações está sendo

feita pela Amagis, que celebrou protocolo de intenções com a Coinj, de apoio ao projeto social de formação da Orquestra Jovem e do Coral Infantojuvenil do TJMG, especialmente para a turnê “Justiça e Paz se abraçarão”.

Iniciativa da Coinj, a Orquestra Jovem e o Coral Infantojuvenil atende a cerca de 130 crianças e adolescentes. Esses jovens talentosos receberam convite inédito: tocar em vários países da Europa. Quando se viabilizar, a turnê percorrerá a Áustria, Itália, Liechtenstein e Vaticano. ●

SOLIDARIEDADE

Amagis promove feijoada em prol do Nutris

Divulgação



Encontro integrativo com sabor de solidariedade

Magistrados e familiares poderão contribuir, no dia 13 de setembro (sábado), com a creche Nutris, por meio da ‘Feijoada do Nutris’, promovida pela Amagis, no Parque Esportivo da Associação, a partir de 12 horas.

O evento tem o objetivo de arrecadar fundos para o projeto social, mantido e criado pela magistratura mineira, que, há mais de duas décadas, realiza um importante trabalho com crianças e adolescentes carentes no bairro Mariano de

Abreu, no leste de Belo Horizonte. O evento é também uma oportunidade de unir a magistratura mineira e seus familiares. Os ingressos podem ser obtidos através do telefone: (31) 3079-3499, no valor de R\$ 30,00 (crianças de 10 anos não pagam). ●

NOVO CIVIC 2015.
Todo mundo quer conhecer.

Civic LXR 2015
R\$70.031,00*

CORTESIA**
+ PROTETOR DE CARTER + JOGO DE TAPETES

- Grade dianteira renovada
- Novo farol de neblina
- Rodas de liga leve 17 polegadas
- Flex one disponível na versão LXS

Home*** and Office Delivery

Todos juntos fazem um trânsito melhor.

RAJA
Raja, 2760 - 3298-2900

BANDEIRANTES
Bandeirantes, 140 - 3069-0050

PAMPULHA
Catalão, 750 - 3469-5900

CIDADE NOVA
Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

SEMINOVOS BARÃO
Barão, 2761 - 3313-4611

autojapan.com.br

HONDA

AUTO JAPAN

*Valor à vista para a compra de Honda Civic LXR automático 14/15, pintura sólida, válido exclusivamente para faturamento direto da fábrica, para filiados Amagis. ** Protetor de cartão e jogo de tapetes como cortesia na compra do modelo Honda Civic LXR, para filiados Amagis. *** Test drive em casa ou escritório para os modelos Fit, City, Civic e CRV de acordo com a disponibilidade nas unidades Auto Japan. O test drive é válido de segunda a sexta-feira mediante agendamento prévio. Condições válidas de 01/09/14 a 30/09/14. Promoção não cumulativa com outras. Imagem meramente ilustrativa.

RECONHECIMENTO

Amagis homenageia magistrados aposentados

Os magistrados que se aposentaram em 2013 foram homenageados pela Amagis, em solenidade realizada dia 21 de agosto, na sede da Associação. Foram 17 agraciados pela Amagis, que manifestou seu reconhecimento e de toda classe aos magistrados pelos serviços prestados ao Poder Judiciário e dedicação à causa da Justiça e da magistratura.

Em seu discurso, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, destacou que Minas Gerais e o Brasil ficaram muito melhores com a atuação dos colegas, que, com a aposentadoria, concluem mais uma etapa de suas vidas. E fez um chamamento: "Nós não abriremos mão de vocês; ao contrário, precisamos de vocês aqui na vida associativa, somando a atuação de ativos e inativos pelas conquistas que são de toda a classe em defesa de um país mais justo", afirmou o presidente, que pretende formar comissão com aposentados de orientação aos novos juízes e de apoio à prestação jurisdicional.

O orador da cerimônia foi o desembargador Alberto Diniz Júnior, diretor da Seccional da Amagis em Belo Horizonte. Ele registrou o legado deixado pelos homenageados na construção de um país mais justo e democrático. "Ativos ou inativos, magistrados é o que somos, e, onde quer que estejamos, e em qual etapa da vida for, estaremos sempre servindo

Adriano Boaventura

**Associação reconheceu dedicação dos magistrados à causa da Justiça****Alberto Diniz, Antônio de Pádua e Herbert Carneiro discursaram**

aos mineiros, com convicção, em todas as circunstâncias", disse.

Ao falar em nome dos homenageados, o desembargador aposentado Antônio de Pádua avaliou que os magistrados devem se preparar para a aposentadoria e para continuar trabalhando. "Ao invés de temer a aposentadoria, devemos encará-la como uma etapa da nossa vida que chegou ao fim, sendo hora também de termos nossa consciência tranquila

de que fizemos o melhor que a falibilidade humana nos permitiu fazer, enquanto estivemos no exercício da judicatura", apontou.

Durante a solenidade, os participantes puderam conferir a bela apresentação do Coral da Amagis, que, ao executar o Hino Nacional, marcou também sua estreia e reativação na atual gestão.

Participaram do evento, o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, o 2º

vice-presidente e superintendente da Ejef, desembargador Kildare Carvalho; e os vice-presidentes da Associação, juíza Luzia Peixoto (Administrativo), desembargador Tibagy Salles (Aposentados e Pensionistas) e o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos (Financeiro), entre outros, além de familiares e amigos dos homenageados.

Os discursos estão disponíveis no site da Amagis: www.amagis.com.br ●

HOMENAGEADOS:**Juízes**

- Beatriz dos Santos Vailante
- Fábio Ladeira Amâncio
- João Martiniano Vieira Neto
- José Humberto de Souza Carvalho
- Márcia Ribeiro Pereira
- Maria das Graças Nunes Ribeiro
- Paulo César Penido Coelho
- Paulo Duarte Lopes Angélico
- Valdir Ataíde Guimarães

Desembargadores

- Antônio de Pádua Oliveira
- Antônio Marcos Alvim Soares
- Delmival de Almeida Campos
- Elpídio Donizetti Nunes
- Guilherme Luciano Baeta Nunes
- José Affonso da Costa Côrtes
- José Altivo Brandão Teixeira
- Tibúrcio Marques Rodrigues

Fotos: Adriano Boaventura



Herbert Carneiro, Alvim Soares e Tibagy Salles



Com o homenageado Antônio de Pádua



Com o homenageado José Affonso da Costa Cortes



Com o homenageado Guilherme Luciano Baeta Nunes



Com o homenageado Valdir Ataíde Guimarães



Com o homenageado Fábio Ladeira Amâncio

Fotos: Adriano Boaventura



Com o homenageado Paulo Duarte Lopes Angélico



Com Rui de Almeida, representando Paulo César Penido



Com o homenageado Tibúrcio Marques Rodrigues



Com Alessandra Brandão, representando José Altivo Brandão



Com a homenageada Maria das Graças Nunes Ribeiro



Coral da Amagis se apresentou na solenidade

XI VITALICIAR

Curso promove troca de experiências

Marcelo Albert/TJMG



Encontro aconteceu em Jaboticatubas, na Grande BH

FUTEBOL SOCIETY

Artilheiros da Amagis atingem marca histórica



Time defendeu a camisa da Amagis em campeonato realizado em Manaus

Duzentos gols! Essa foi a marca que, juntos, os desembargadores Estevão Luchessi, com 150 tentos, e Armando Freire, com 50, alcançaram no 18º Torneio Nacional de Futebol Society da AMB – Categoria Sênior. A marca histórica foi comemorada por todo o time da Amagis e lembrada pela diretoria da AMB, que homenageou, res-

pectivamente, o centavo e o meio-atacante pelos recordes.

O título da competição foi conquistado pela equipe da Amagis, que, na final, superou o time do Maranhão por dois a zero. Antes de bater os paulistas venceram Minas Gerais, Pará e Espírito Santo, credenciando-se para a final.

A equipe da Amagis foi formada pelos magistrados Glauco Soares, Ronaldo Claret, Edgar Penna Amorin, Maurício Cantarino, José Aluisio Neves, Roberto Carlos de Menezes e Geraldo Sousa Lopes. O técnico é o ex-jogador do Atlético Marcos Vinícius, e o auxiliar-técnico são José Luiz de Oliveira, Estevão Luchessi e Armando Freire. ●

Como incentivador da formação continuada dos magistrados, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou do XI Vitaliciar (Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados Vitaliciandos), promovido pela Ejef, do TJMG, entre os dias 20 e 22 de agosto, no Hotel Fazenda Canto da Sirmia, em Jaboticatubas.

Na solenidade de abertura, o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, falou, para os juizes e juizas, da importante missão de promover justiça e do papel do magistrado enquanto gestor ou líder.

Em sua saudação aos participantes do XI Vitaliciar, o 2º vice-presidente e superintendente judiciário

da Ejef, desembargador Kildare Carvalho, observou que a Ejef agrega mestres e conhecimentos, de dentro e de fora do Poder Judiciário, visando multiplicar ideias, reflexões, modos de ser e de fazer.

O evento contou com a participação de 90 magistrados integrantes da 3ª turma do Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura, quando, durante esses três dias, eles assistiram a palestras sobre temas como as “Perspectivas Contemporâneas do Judiciário no Brasil” e o “Acompanhamento psicossocial”. Além disso, foram formados diversos grupos de discussão, nos quais os juizes tiveram a oportunidade de compartilhar experiências. ●

LANÇAMENTO

Desembargadora lança livro

Tiago Parrela



Herbert Carneiro, Selma e Bitencourt

Dentro da sua linha de promoção da arte e cultura intelectual dos magistrados mineiros, a Amagis abriu seu salão de festas, em Belo Horizonte, para o lançamento da obra “Responsabilidade Civil no contrato de empreitada pelo cumprimento imperfeito”, de autoria da desembargadora Selma Maria Marques, do TJMG, no dia 21 de agosto.

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, disse que a Associação tem procurado dar oportunidade aos colegas, que, para além do exercício da judicatura, se dedicam às letras jurídicas. O presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, disse que o magistrado que escreve um livro merece todos os aplausos, pois é fruto de um grande esforço. ●

NOVA VARA

Proteção à mulher conta com nova unidade

Adriano Boaventura

**Presidente do TJ destacou avanços no combate à violência**

O combate à violência contra a mulher ganhou mais uma etapa no mês de agosto deste ano. O TJMG

instalou, no dia 19, a 16ª Vara Criminal, especializada em crimes contra a mulher, em Belo Horizonte, que

funciona na Rua Curitiba, 632, 4º andar, no Centro. O presidente da Amagis, desembargador Herbert

Carneiro, participou da cerimônia de inauguração.

Na avaliação do presidente do Tribu-

nal, desembargador Pedro Bitencourt, a violência não é um fenômeno isolado e está ligado à nossa história e cultura. Entretanto, para ele, se observarmos o passado, veremos avanços. Entre eles, estão a Lei Maria da Penha, criada para coibir a violência contra a mulher, e a criação de varas especializadas na tentativa de reverter a situação.

Segundo o corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio Sérvalo dos Santos, a instalação da vara é um passo em prol da celeridade na prestação jurisdicional, pois irá contribuir na agilidade dos processos, dando maior combate à escalada da violência doméstica. “Vamos continuar lutando pela criação de novas varas especializadas”, afirmou. ●

FORMAÇÃO CONTINUADA

ENM e Ejef promovem cursos

A Escola Nacional da Magistratura (ENM), da AMB, e a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), do TJMG, promovem, no mês de setembro, diversos cursos e eventos de formação continuada a magistrados. O III Encontro Nacional dos Juízes de Família; Curso de aperfeiçoamento na área de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário Internacional, em Turim, na Itália, são alguns dos programas oferecidos pela a ENM.

Também no mês de setembro, a Ejef oferece, entre seus cursos, o Curso Jurídico Direito das Famílias e III Encontro IBDFAM, em Uberlândia; o V Seminário de Direitos Humanos e Direito Internacional, em Governador Valadares. Mais informações podem ser obtidas nos sites da ENM (www.enm.org.br) e da Ejef (www.ejef.tjmg.jus.br), ou entre em contato com as escolas: ENM – Telefone: (61) 2103-9002 – E-mail: enm@enm.org.br – Ejef – Telefone: (31) 3247-8700 – E-mail: gefop@tjmg.jus.br. ●

PUBLICAÇÃO

Serviços notariais é tema de livro

Divulgação



O desembargador Marcelo Rodrigues, do TJMG, lançou, no dia 3 de setembro, o livro “Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registros do Estado de Minas Gerais – Provisamento CGJMG 260/2013”.

Dentre os assuntos abordados, o livro traz doutrina das atividades reguladas na Lei dos Registros Públicos Lei dos Cartórios, Lei de Protesto, jurisprudência selecionada e enunciados das Súmulas do STJ.

A referida obra acha-se disponível também em versão digital, na App Store (que é um serviço para fazer download e iPhones), na íntegra, com a facilidade de atualizações bimestrais. ●

TRIBUNAL FEDERAL

Nova vara desafogará Justiça

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região instalou, no dia 29 de agosto, a 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Contagem, na Grande Belo Horizonte. A juíza Luzia Peixoto, vice-presidente Administrativa da Amagis, representou o presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro, na cerimônia realizada na sede da Subseção Judiciária do município, da qual também participou o juiz Wagner Cavalieri, diretor do Foro de Contagem.

A instalação da nova vara era uma antiga aspiração da magistratura estadual, que respondia, por competência delegada, por um acervo de aproximadamente 22 mil processos federais. No dia 13 de março, a diretoria da Amagis reuniu-se com os juízes da comarca para discutir a instalação da vara federal na comarca. A expectativa é de que o funcionamento da nova vara desafogue as duas varas da Fazenda Estadual, que acumulavam 10 mil processos de competência federal cada. ●

INTEGRAÇÃO

Juiz da Paraíba
conhece projetos

Bruno Gontijo



Marcial Henrique e Herbert Carneiro

O juiz Marcial Henrique Ferraz da Cruz, Comarca de Bayeux, no Estado da Paraíba, fez visita à sede da Amagis, em Belo Horizonte, no dia 31 de julho. O magistrado reuniu-se com o presidente Herbert Carneiro, oportunidade em que trataram de diversos temas de interesse da classe. Para o juiz Marcial Henrique, apesar das peculiaridades de cada Estado, essa troca de experiências é muito

positiva e contribui para o aperfeiçoamento das condições de trabalho e da prestação jurisdicional. No encontro, ele conheceu os projetos da Amagis em defesa da magistratura. Mineiro de Almenara, Marcial Henrique foi, ainda novo, morar na Paraíba, acompanhando seus pais. Foi juiz em Pernambuco durante dois anos, e, em 1996, entrou para a magistratura da Paraíba onde está atualmente. ●

POSSE

TJMG tem novo
integrante

Tiago Parrela



Suzana Diniz, Alberto Diniz e Pedro Bitencourt

O magistrado Alberto Diniz Júnior tomou posse, no dia 19 de agosto, no cargo de desembargador do TJMG, onde irá compor a 11ª Câmara Cível. O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou da solenidade.

Natural de Pedro Leopoldo, Alberto Diniz Júnior formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Sete Lagoas, da Fundação

Educacional Monseñor Messias (1983). É pós-graduado em Direito Civil pela PUC Minas e especialista em Direito Ambiental pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef). Atuou como professor de Direito Civil no Instituto de Ensino Superior e na Universidade de Belo Horizonte. O magistrado é diretor da Seccional da Amagis na capital mineira. ●

INTERLOCUÇÃO

Amagis reúne-se
com defensora

Georgia Bacvaroff



Herbert Carneiro é recebido pela nova diretoria

No dia 19 de agosto, a defensora pública geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio, recebeu, em seu gabinete, para uma visita de cortesia, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro.

Estreitar as relações entre a Associação e a Defensoria Pública e tratar de assuntos de interesse do Judiciário

foram os objetivos do encontro, realizado na sede desse órgão público, em Belo Horizonte. Também participaram, o subdefensor público geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; a assessora-chefe de gabinete, Maria Elizabeth Vitral Amaro, e os assessores institucionais da Defensoria, Diana de Lima Prata Camargos e Nicolas Katopodis. ●

CONVOCADO

Juiz substituirá
na 12ª Câmara

Renata Caldeira/TJMG



Pedro Bitencourt e Genil Anacleto

O juiz Genil Anacleto Rodrigues Filho, da 4ª Vara de Feitos Tributários do Estado de Minas Gerais, tomou posse, no dia 19 de agosto, como substituto do desembargador Alvimar Ávila, na 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em decorrência da necessidade de licença-saúde do titular, até dezembro deste ano.

A decisão de convocar o magistrado para substituir foi tomada pelo Órgão Especial do TJMG, durante a sessão realizada no dia 13 de agosto. O Regimento Interno do TJMG prevê, em seu artigo 81, a convocação de juiz de Direito para substituir no Tribunal nos casos de afastamento de desembargador, por período superior a 30 dias. ●

FERRAMENTA
TÉCNICA AUXILIA
MAGISTRADOS

Os magistrados mineiros contam com apoio técnico, promovido através de parceria entre o TJMG, o Instituto Brasileiro para Estudo e Desenvolvimento do Setor de Saúde (Ibedess) e o Núcleo de Avaliação de Tecnologia em Saúde (Nats), do Hospital das Clínicas da UFMG, para auxiliá-los em ações que envolvem matérias de saúde. Notas técnicas, elaboradas por médicos do Nats, dentro da ética e isenção necessárias, são disponibilizadas para os magistrados que as solicitarem. São ferramentas informativas que têm objetivo de auxiliar e não interferem no livre convencimento e na independência do juiz.

CONTATO

A assistência técnica nestas ações é solicitada pelo magistrado por meio eletrônico. Atualmente, três endereços estão disponíveis: natssau-de@nats.hc.ufmg.br, conitec@saude.gov.br e atendimentojudiciario@saude.mg.gov.br. Além disso, informações referentes a demandas judiciais na área de saúde estão disponíveis no site cnj.jus.br. Os magistrados que quiserem ter acesso às informações podem acessar neste endereço, no link "Respostas do NATs de MG". ●

*Com informações
do TJMG

ARTE E CULTURA

MagisCultura expõe capas de suas edições

Tiago Parrela



Exposição atraiu público durante o mês de agosto no Fórum Lafayette

A Amagis promoveu, do dia 4 ao dia 29 de agosto, a exposição de todas as capas da Revista MagisCultura

ra Mineira, a revista de cultura produzida pelos magistrados mineiros, no saguão de entrada do Fórum La-

fayette, em Belo Horizonte.

A abertura da exposição, que ocorreu no dia 4 de agosto,

contou com as presenças de diversas pessoas, entre elas o presidente da Amagis, desembargador

Herbert Carneiro, o vice-presidente de Saúde e integrante do Conselho editorial da revista, juiz Maurício Soares, e os juizes Llewellyn Medina e Christyano Generoso.

A exposição teve o apoio da direção do Foro. Os artistas cujos trabalhos compõem a mostra são: Eustáquio Soares (fotógrafo); Ivan Rodrigues (fotógrafo); Márcio Carvalho (fotógrafo); Mário Zavagli (artista plástico); Sandra Bianchi (artista plástica); Sérgio Falci (fotógrafo).

As capas da MagisCultura, que está em sua 11ª edição, formam um acervo artístico importante, que têm recebido elogios de todo o país, não só por sua beleza plástica como também por representar cenas da vida cultural de nosso Estado. A revista tem projeto gráfico de Rachel Magalhães. •

**Instituto Mineiro
de Perícias**



Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Um olhar técnico a favor da

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Convênio
AMAGIS



Há mais de 50 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!

Arquivo Pessoal



ENTREVISTA >> PROFESSOR JOSÉ LUIZ QUADROS DE MAGALHÃES

O professor de Direito Constitucional da PUC Minas e da UFMG, José Luiz Quadros de Magalhães, destaca, nesta entrevista, o surgimento do Constitucionalismo nos estados nacionais, falando da forma como ele se deu e seu período histórico. Comenta ainda a relação de equilíbrio entre o poder do estado e os direitos da sociedade e dos cidadãos protegidos pela Constituição.

Além disso, o professor analisa as evoluções e adaptações que surgem ao longo da história nesses textos constitucionais, o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano, que se funda pelo direito à diversidade, como os direitos entre homens e mulheres, e a questão de igualdade racial, entre outros.

O que é o Constitucionalismo?

O Constitucionalismo é uma grande conquista que ocorreu durante a modernidade. A Revolução Francesa é o grande marco, quando surgem as constituições do período revolucionário, e que, posteriormente, vão se expandindo pelo resto mundo, durante os séculos XIX e XX.

Mas como se deu esta ruptura?

Houve uma ruptura com um estado absolutista, onde não existia limite ao poder do estado e do rei, e aí, surge a ideia central do constitucionalismo, que é limitar o poder do estado. Hoje, existem 193 estados que integram as nações unidas e que todos têm uma Constituição. Todas essas Constituições possuem duas ideias essenciais, e que é um marco ao constitucionalismo. A primeira é uma declaração aos direitos, e que muda de uma constituição para outra, além de quais direitos

são protegidos; e a segunda é o limite ao poder do estado, separação de poderes, limitando o poder do estado em relação à pessoa.

Este documento estabelece uma relação jurídica e sociológica?

Hoje, nós falamos de uma constituição democrática, mas ela não nasceu democrática. A sua função primeira foi a de trazer segurança nas relações jurídicas, e, inicialmente, ele nasceu liberal, mesmo o liberalismo, historicamente, rejeitava a democracia. Mas sua ideia inicial é trazer segurança nas relações jurídicas, principalmente no homem branco e proprietário. Gradualmente, ela começa a se democratizar, com novas conquistas de direitos que vão surgindo e pessoas que antes eram excluídas dessa garantia de direitos, agora, passam a conquistá-los.

A Constituição está acima do Estado?

Essa é a grande novidade. A ideia da constituição é limitar o poder do estado, é organizar as funções, distribuir competências, separar poderes, distribuir essas funções do estado e garantir direitos. A constituição cria então o estado, ela é maior que ele e qualquer autoridade dentro do estado.

Quando surge o encontro da democracia com a constituição?

Este encontro surge a partir da segunda metade do século XIX, principalmente em decorrência dos movimentos dos operários e dos movimentos sociais. O operário, trabalhador, não tinha direito a voto. A democracia começa, então, a chegar ao constitucionalismo, a partir desses movimentos, inicialmente da conquista do voto masculino, depois o feminino. Hoje, não se admite mais constituição sem democracia nem democracia sem constituição.

Quais são as bases do Constitucionalismo Latino-Americano?

Hoje, existe a rede pelo constitucionalismo democrático latino-americano, com mais de 300 constitucionalistas em todos os Estados da América e mais alguns professores de outros países. Sua ideia central é o direito à diversidade. Se pegarmos esses últimos 500 anos de história, a pretensão e finalidade desse direito moderno era uniformizar as pessoas e, por isso, recorrentemente, ele vem negando a diferença e diversidade, e colocando o outro, como o negro, o indígena e a mulher como inferior. Esse novo constitucionalismo se funda nesse direito à diversidade e nasce já presente na Constituição brasileira de 1988, quando se reconhece os direitos entre homens e mulheres, a questão de igualdade racial, entre outros. ●

“

Hoje, existem 193 estados que integram as nações unidas e que todos têm uma constituição

Hoje, não se admite mais constituição sem democracia nem democracia sem constituição

Gradualmente, ela começa a se democratizar, com novas conquistas de direitos que vão surgindo

”

**Além do suporte prestado às pessoas
quando elas mais precisam,
o Seguro DPVAT também está ajudando
a modernizar o sistema judiciário brasileiro**



**O Seguro DPVAT
é reconhecido no
Prêmio Inovare.**

A prática **Política de Conciliação como estratégia de celeridade no atendimento aos usuários do Seguro DPVAT e redução do passivo judicial**, implantada pela Seguradora Líder DPVAT, foi escolhida para receber Menção Honrosa na categoria Advocacia na 10ª edição do Prêmio Inovare, que reconhece práticas inovadoras que visam melhorar e modernizar o Sistema Judiciário do país. Esse reconhecimento reflete também nosso cuidado com o atendimento aos usuários do DPVAT que buscam a via judicial. Ao mesmo tempo, atinge dois importantes objetivos: solucionar o problema trazido pela vítima com rapidez e desafogar o Judiciário.



Seguradora Líder
Administradora do Seguro DPVAT

NO AR

Destaques dos programas de TV da Amagis em agosto

VIA JUSTIÇA



Fotos: Fernanda Marquês

CENSO DO JUDICIÁRIO

O Via Justiça discute o Censo do Judiciário: pesquisa realizada pelo CNJ em 94 tribunais mostra o perfil dos magistrados brasileiros. Qual é esse perfil? Quais os níveis de satisfação dos magistrados com a carreira? Como a população vê o trabalho dos juízes? Nossos convidados foram os desembargadores Tibagy Salles Oliveira, vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis, e Ana Paula Nannetti Caixeta, da 4ª Câmara Cível do TJMG, respondem essas e outras questões. (*Foto)

PRISÃO DOMICILIAR

O Via Justiça discute a prisão domiciliar no Brasil. Nossos convidados, o juiz Lourenço Migliorini, da Comarca de Uberlândia e integrante da Comissão da Amagis para Estudos da Lei de Execução Penal, e Anderson Marques, vice-presidente da Comissão de Assuntos Penitenciários da OAB-MG, vão analisar a realidade atual desse regime e debater se a prisão domiciliar equivale ao encarceramento.

LEIS AMBIENTAIS PARA AÇÕES SUSTENTÁVEIS

A Política Nacional de Resíduos Sólidos está sendo discutida em todo o país. A legislação federal determina que os municípios organizem planos para redução do lixo, reutilização, coleta seletiva e destinação sustentável dos resíduos. Os municípios têm feito isso? Participam o desembargador Rogério Medeiros, da 14ª Câmara Cível do TJMG, e o advogado Admilson Martins Diniz, da Comissão de Direito Ambiental da OAB/MG.

LEI DAS DOMÉSTICAS

Quem tem empregada doméstica deve regularizar o contrato na carteira de trabalho, caso contrário pagará multa de pelo menos R\$ 805,06, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O Via Justiça debate a Lei das Domésticas. Nossos convidados são o presidente do Conselho de Relações de Trabalho da Fiemg, Osmani Teixeira de Abreu, e a diretora jurídica do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, Geralda Lopes de Oliveira. ●

ASSISTA

TV Assembleia
Sexta-Feira, às 23h

TV Justiça
Sábado, às 15h30

TV Comunitária
Sexta-Feira, às 23h30

PENSAMENTO JURÍDICO



OUIDORIA DO TJMG

De janeiro a junho deste ano, a Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais recebeu 739 demandas, das quais a metade reclamava da morosidade do Judiciário. Criada em 2012, a Ouvidoria do TJMG surgiu para atender às resoluções 79 e 103, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e fortalecer o relacionamento do Tribunal com a sociedade. Para participar do programa, convidamos o desembargador Jaubert Carneiro, ouvidor do TJMG. (*Foto)

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE CONSUMO

O Governo federal, por meio do Ministério da Justiça, lançou um site para os consumidores registrarem reclamações virtualmente. Idealizado para ser uma plataforma alternativa de solução de impasses criados pela má prestação de serviços, o site já está disponível para consumidores de 12 estados, entre eles Minas Gerais. Para falar sobre o assunto, convidamos, em estúdio, a juíza Beatriz Junqueira Guimarães, do Juizado Especial das Relações de Consumo de Belo Horizonte.

DIREITOS HUMANOS NO PLANO INTERNACIONAL

O Pensamento Jurídico traz uma edição especial com a cobertura da palestra do professor e juiz da Corte Internacional de Justiça Antônio Augusto Cançado Trindade, que destacou a importância e o papel do Judiciário na defesa dos direitos humanos em qualquer sociedade e país. A palestra encerrou a reunião da Comissão de Direitos Humanos da AMB, na sede da Amagis, em Belo Horizonte. Assista!

PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO JUDICIÁRIO

Pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) confirma diferença de tratamento entre mulheres e homens no Poder Judiciário. Quais são as dificuldades encontradas e o que pode ser feito para igualar direitos e oportunidades entre juízes e juízas? Para falar sobre o assunto, convidamos a juíza Marli Maria Braga Andrade, da 5ª Unidade Jurisdicional Cível do Juizado Especial das Relações de Consumo de BH. ●

ASSISTA

TV Justiça
Sábado, às 18h30

TV Comunitária
Sábado, às 22h

ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

‘Padrão Lesma’ na execução de obras públicas federais

**DESEMBARGADOR TARCÍSIO
MARTINS COSTA**

O atraso das obras no Brasil tornou-se recorrente. Para Confederação Nacional da Industrial – CNI, no estudo a ser entregue aos candidatos à Presidência da República, o custo do atraso de apenas seis obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, iniciadas há alguns anos, chega a 28 bilhões.

Vejamos o triste cenário do PAC, acrescentado ainda as obras da Refinaria Abreu e Lima, para completar o cabalístico nº 7, atravessado na garganta dos brasileiros, desde a tragédia greco-mineira ocorrida no Estádio Governador Magalhães Pinto.

ANGRA 3

Para o presidente da Eletronuclear, a obra com o custo inicial de R\$ 7 bilhões, inicialmente projetada para ficar pronta em 31/05/2014 (1º Balanço do PAC), só vai operar em meados de 2018, conforme o 10º balanço o PAC. Estima-se a geração de 12 milhões de megawatts-hora anuais, suficientes para abastecer duas cidades do porte de Belo Horizonte e Brasília durante um ano. As obras tiveram início em 2010, e o custo passou para R\$ 14 bilhões (91% a mais). O anúncio ocorre, exatamente, no ano em que o Brasil teve de acionar as usinas termelétricas, em face da crise de abastecimento nos reservatórios das hidroelétricas.

RIO SÃO FRANCISCO

Projetada para 2011, lançada em 2007, sua transposição deve levar água a 12 milhões de nordestinos. Teve previsão ousada do governo para fins

de 2010. Na Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, o pesquisador João Suassuna, um dos críticos mais ácidos da transposição, diz que “os atrasos mostram falta de planejamento do governo”. O custo inicial era previsto em R\$ 4,8 bilhões. Sua conclusão, como admitiu um representante do Ministério da Integração Nacional à BBC Brasil, estaria programada para 2015, mas talvez só termine em 2016 ou 2017. A obra terá custado aos cofres públicos de mais de R\$ 8,2 milhões, portanto, um aumento de 80%, quase duas vezes mais. Extremamente atrasada em relação à otimista previsão inicial. A mídia tem mostrado a destruição de parte dos 700 quilômetros de canais, que abastecerão cinco estados, além de sertanejos passando sede e fome, animais morrendo e plantações perdidas. Não há previsão concreta para o término das obras.

BR-101

As filas de congestionamento na BR-101, em Santa Catarina, afetam o escoamento dos produtos que saem do Rio Grande do Sul e a paciência dos que pretendem passar os feriados no estado vizinho. O estudo da CNI aponta um rombo de até R\$ 684 milhões na economia da região. O levantamento considerou as despesas adicionais com transporte e o impacto no PIB estadual, decorrentes do atraso da obra, de 2007 a 2017, quando a duplicação da BR-101 será concluída. Os analistas de políticas industriais da CNI afirmam que os técnicos do Governo Federal sequer previram no planejamento os custos adicionais em razão das chuvas abundantes do local. Acre-

Rodrigo Soldon/Creative Commons

**As obras no complexo de Angra tiveram início em 2010**

ditam que a baixa qualidade dos projetos básicos é um dos motivos do atraso. Para chegar ao montante de R\$ 684 milhões, o cálculo levou em conta o valor extra que será investido em transporte entre Palhoça (SC) e a divisa com o Rio Grande do Sul. Além da rodovia, o estudo calculou também os prejuízos no atraso do Aeroporto de Vitória; do projeto de esgotamento sanitário da bacia do Cocó, em Fortaleza; da ferrovia de integração Oeste-Leste, na Bahia, e das linhas de transmissão ligando as hidrelétricas do rio Madeira ao sistema nacional, somando seis obras do Programa de Aceleração do Crescimento.

**REFINARIA ABREU
E LIMA**

Apontada pela própria presidente da Petrobrás, Graça Foster, como um exemplo que não poderá voltar a acontecer, a refinaria foi alvo de 343 aditivos de contratos. Sua construção custou à petroleira, pelo menos, três vezes mais caro do que similares internacio-

nais. Lançada em 2005 por US\$ 2,3 bilhões, teve o orçamento revisado para US\$ 20,1 bilhões. Já a refinaria Saudi Aramco, em construção na Arábia Saudita, com previsão de inauguração na mesma época, em fins de 2014, custará proporcionalmente pouco menos de um terço: US\$ 25 mil por barril. Aplicado o mesmo índice de custo, a Rnest, em Pernambuco, ficaria em menos de US\$ 6 bilhões, e não, nos estimados US\$ 20 bilhões. Em suma, a refinaria será entregue com três anos de atraso, no montante de 10 vezes mais do que o orçado.

Tal cenário reforça a imagem de que o governo da União não consegue formular projetos de longo prazo, algo fundamental em economia. A incapacidade de planejar e executar com eficiência, dentro dos prazos previstos, além de comprometer o controle orçamentário e o próprio desenvolvimento do país, afeta a nossa credibilidade. E o pior. Institucionaliza a corrupção, consagrando o “Padrão Lesma”. •

QUALIFICAÇÃO

Ouvidora do Amagis Saúde destaca os resultados de congresso

A juíza Maria Luiza Santana Assunção, ouvidora do plano de saúde da Amagis, participou, durante os dias 18, 19 e 20 de agosto, na cidade de Florianópolis (SC), do XVII Congresso Brasileiro de Ouvidores/Ombudsman, um evento que teve a presença de especialistas da iniciativa privada e do poder público, juntamente com ouvidores de todo o Brasil.

Segundo a juíza, foi um momento muito importante de aprofundamento de estudo e troca de experiências com inúmeras ouvidorias do país.

“A nossa ouvidoria é nova, e estamos buscando as melhores práticas para implementá-las, e fazer um espaço de escuta e diálogo com o nosso usuário, dentro dos princípios norteadores da transparência, imparcialidade e acolhimento”, disse.

A magistrada também participou de uma oficina temática sobre o Poder Judiciário onde foi estudada a questão do recebimento de denúncias anônimas. A juíza conclui que, ao final da oficina, chegou-se ao resultado de que



Lisliê Gualberto e juíza Maria Luiza Santana

“a denúncia deve ser recebida como notícia, onde devem ser feitas as averiguações necessárias, para ver se ela tem fundamento, no intuito de se para abrir ou não um procedimento”. Mais informações sobre a Ouvidoria do Amagis Saúde, no telefone: (31) 3079-3464. ●

CONHEÇA OS NOVOS HORÁRIOS DO PLANTÃO DA AMAGIS SAÚDE

- Plantão presencial na sede da Amagis: sábado das 8h às 13h15
- Plantão telefônico pelo número (31) 9977-2820: Fins de Semana e feriados a partir das 19h das sextas-feiras até as 7h das segundas-feiras.
- * A escala de plantão nos feriados prolongados será previamente definida e divulgada.
- ** Nos dias úteis, o atendimento da Amagis Saúde permanece nos mesmos horários, a partir das 7h até as 19h.

NOVOS CREDENCIADOS

Cidade	Especialidade	Credenciado	Endereço	Telefone
Caxambu	Análises Clínicas, Anatomia Patológica e Citopatologia	Laboratório Exame	Avenida Apio Cardoso, nº 721 - Centro	(35) 3341-1643
Juiz de Fora	Endoscopia Digestiva, Gastroenterologia, Ortopedia	Cemegi	Avenida Presidente Itamar Franco, nº 3309 São Mateus	(32) 3214-3697
Patos de Minas	Oftalmologia	L & L Serviços Médicos	Avenida Brasil, nº 510 Centro	(34) 3821-1040
Uberlândia	Cardiologia, Cirurgia Geral, Clínica Médica, Mastologia	Ami-Atendimento Médico Integrado	Avenida Raulino Cotta Pacheco, nº 509 Osvaldo Resende	(34) 3236-3160
	Cirurgia do Aparelho Digestivo e Cirurgia Geral	Grupo Vivere	Rua Arthur Bernardes, nº 305 Térreo - Martins	(34) 3210-9309

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis: Desembargador Herbert José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde: Vice-presidente de Saúde Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro Juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor: TJMG
Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juizes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juizes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelho Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação: Juizas Aldina de Carvalho Soares e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação: Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas: Georgia Bacvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico: Agência Graffo

Diagramação: Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão: Gráfica e Editora Del Rey

MATER DEI

Associados contam com mais uma unidade de atendimento

O esforço permanente da Amagis e Amagis Saúde em oferecer um atendimento eficiente e qualificado aos associados e seus familiares passa pelo estreitamento de laços com parceiros e pela oferta de uma rede credenciada de profissionais, hospitais, clínicas e laboratórios de primeira linha.

Os associados contam com mais um centro de excelência no atendimento à saúde. No dia 18 de agosto, a diretoria da Amagis e Amagis Saúde visitou as instalações da nova unidade do Mater Dei, em Belo Horizonte, quando foi recebida pela diretoria do hospital.

Os magistrados visitaram as novas instalações do hospital como a área de internações, CTI, leitos e consultórios do pronto-socorro, farmácia e laboratório.

Georgia Baçvaroff



Diretoria da Amagis visitou a nova unidade do Hospital Mater Dei, em Belo Horizonte

O Mater Dei Contorno foi inaugurado em junho deste ano e conta com mais de 65 mil m² de área construída. São 314 leitos de internação, sendo 73 de CTI, e 21 salas de cirurgia. O pronto-socorro conta com uma área de 4 mil m².

Na unidade Contorno (Avenida do Contorno, 9.000, Barro Preto), estão disponíveis atendimentos nas especialidades de clínica médica, pediatria, cardiologia, neurologia, ortopedia, cirurgia geral, cirurgia

plástica e trauma bucomaxilofacial, bem como o atendimento de pronto-socorro adulto e pediátrico. As pacientes grávidas serão atendidas exclusivamente na Unidade Santo Agostinho (Rua Mato Grosso, 1.100).

Participaram da reunião, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, o vice-presidente de Saúde da Associação, juiz Maurício Soares, o diretor de Saúde, desembargador Edison Feital, e a coordenadora do Amagis Saúde, Marina Shizuko.

Eles foram recebidos pela vice-presidente do hospital, Maria Norma Salvador Ligório, pela gerente do Departamento Comercial, Luiza Neder, pela diretora Comercial, Taísa Bonelli, e pela gerente do pronto-socorro, Isabella Andrade. ●

MATER DEI – UNIDADE CONTORNO

Números

- 65 mil m² de área construída
- 314 leitos de internação
- 73 leitos de CTI
- 21 salas de cirurgia
- 4 mil m² de área de pronto-socorro

Especialidades

- | | |
|------------------|---------------------------------------|
| • Clínica médica | • Cirurgia geral |
| • Pediatria | • Cirurgia plástica |
| • Cardiologia | • Trauma bucomaxilofacial |
| • Neurologia | • Pronto-socorro adulto e pediátrico. |
| • Ortopedia | |

Onde fica: Avenida do Contorno, 9.000, Barro Preto